



COMENTÁRIOS SOBRE AÇÃO POLÍTICA: AS REVOLUÇÕES E OS PARTIDOS

Vol. 1 nº 2 jul./dez. 2006

p. 83-100

*Gilmar Henrique da Conceição*¹
Unioeste / Cascavel

RESUMO: Neste artigo viso estudar as questões relativas à ação partidária enfocando as diferentes leituras da teoria da revolução, a partir das elaborações teóricas de alguns pensadores revolucionários no âmbito do socialismo e que têm propiciado elementos para as práticas políticas e instrumentos para a ação política radical. Portanto, o recorte teórico-metodológico desta pesquisa delimita-se no âmbito dos partidos que assumiram radicalmente uma visão de mundo, de ser humano, de sociedade e de educação, objetivando a superação da lógica do capital.

PALAVRAS-CHAVE: partidos políticos, revolução, teoria política, violência, educação.

ABSTRACT: This article seeks to study the subjects relative to the party action focusing the different readings of the theory of the revolution, from the theoretical “elaboração” of some revolutionary thinkers in the ambit of the Marxism and that it has been propitiating elements to the political practices and instruments for the radical political action. Therefore, the theoretical-methodological cutting of this research is defined in the ambit of the parties that assumed a world vision radically, of human being, of society and of education, aiming to overcome the logic of the capital.

KEYWORDS: political parties, revolution, political theory, violence, education.

A AÇÃO POLÍTICA

A razão fundou a política; política e filosofia surgiram na mesma época. O que chamamos de política foi criado pelos romanos e pelos gregos. Herdamos nossas “teorias” dos gregos, mas nossas “práticas”, dos romanos. Tanto a política grega, quanto a dos romanos, não emanavam de um suposta sabedoria suprema e infalível mas de uma competição livremente admitida entre interesses e argumentos diversos dentro da sociedade

A palavra “política” é grega: “*ta politika*”, que significa “vindo da polis”. A pólis grega foi o resultado e a superação da crise do regime gentílico/aristocrático, por meio do advento do comércio e a conseqüente necessidade das trocas somado à generalização do trabalho escravo. O Estado grego surgiu a partir das relações sociais que tinham como novidade a crescente circulação do dinheiro. Desse modo, a política entre os gregos era uma nova maneira de pensar, sentir e relacionar-se com os outros.

Os escritos de Platão e Aristóteles são importantes referências para o estudo da política grega. Inclusive, **Política** é um dos escritos do filósofo grego Aristóteles. Alguns autores consideram que as reflexões aristotélicas sobre a política originam-se da época em que ele era preceptor de Alexandre. Inclusive o livro de Platão traduzido como **A República** é, no original, intitulado *Politéia*.

O ensino utópico de Platão sobre o Estado perfeito guarda uma relação estreita com o seu ensino sobre as “idéias” que são mais importantes que o mundo dos fenômenos:

“Há que se dar as costas, com toda a alma, ao mundo dos fenômenos, os quais nascem e morrem, até que a alma consiga olhar para o ser real e o seu elemento o mais luminoso e consiga sustentar esta visão. A este elemento damos o nome de Bem” (PLATÃO. **A República**, p. 365-6)

Na filosofia aristotélica a política é a ciência que tem por objeto a felicidade humana e divide-se em ética (que se preocupa com a felicidade individual do homem na *pólis*) e na política propriamente dita (que se preocupa com a felicidade coletiva da *pólis*). O objetivo de Aristóteles com sua *Política* é justamente investigar as formas de governo e as instituições capazes de assegurar uma vida feliz ao cidadão. Por isso mesmo, a política situa-se no âmbito das ciências práticas, ou seja, as ciências que buscam o conhecimento como meio para ação.

Segundo Aristóteles

*Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política” (ARISTÓTELES. **Política**, p. 11).*

Desse modo coube a Aristóteles utilizar pela primeira vez a palavra “política” com o significado de “a arte ou a ciência do governo” para estudar as relações que abrangem os seres humanos na vida social. Assim este filósofo distinguiu as três formas de poder que ocorrem na vida social: o poder paterno, o poder despótico e o poder político. Portanto, uma questão central no estudo da ação política é saber em nome de quais interesses o poder é exercido, bem como os meios utilizados.

Há uma natureza pública da política, pois é o processo político que define a direção da sociedade como um todo, com reflexos imediatos sobre as pessoas individu-

almente. Assim, todas as sociedades são, de alguma forma, politicamente organizadas, mesmo as mais primitivas. A emergência da burguesia trouxe a racionalização do processo produtivo, do comércio e das comunicações, que passou a exigir a racionalização e a institucionalização do poder. Assim, a política apresenta três aspectos mais importantes: a) as formas de luta pelo poder, b) os meios institucionais que possibilitam o seu exercício, c) as teorias que fundamentam os diferentes projetos de sociedade.

O interesse social determina a ação política. A ação política refere-se ao exercício de alguma forma de poder e às suas conseqüências, em termos de formulação e tomada de decisões. Portanto, não há política sem interesse de classes e de grupos, nem estrutura social sem alguma forma de processo político. De modo que processos políticos não são categorias abstratas, externas aos seres humanos; são constitutivos de todas as nossas atitudes, em nossa maneira de ser ou de agir. A ação política pode ser de justificação ou de subversão da ordem social vigente. De qualquer forma, política é a “arte” de conquistar, manter e exercer o poder. Atualmente, a maioria dos tratadistas e escritores se divide em duas correntes: para a primeira corrente, política é a “ciência do Estado” e para a segunda, é a “ciência do poder”.

O Estado não está acima das classes sociais; ele representa “interesses” de classe. Conseqüentemente, como o Estado detém a posição formal de poder é necessário que observemos os interesses, as associações, os partidos e os sindicatos que “estão por trás” do Estado. O partido, especialmente, busca articular suas elaborações teóricas com suas práticas políticas. O pensamento político deve tornar-se idéia política, visto que a idéia assinala o contato do pensamento com a realidade, pois “toda reflexão é pensamento, mas nem todo pensamento é reflexão”². Os principais agentes sociais de ação política organizada são as associações, os sindicatos, os partidos políticos e os movimentos sociais. Assim, entendemos a questão dos partidos na perspectiva de classes sociais, de maneira que os partidos se colocam ou na perspectiva da conservação, ou da reforma e ou da revolução. O partido é um mediador entre o programa (as idéias e as propostas políticas) e a realidade social, que se efetiva com a militância política. A partir da busca de contatos entre programa e militância é possível uma leitura mais precisa das questões partidárias, pois são os militantes que realizam o programa..

Os partidos agem de acordo com diferentes concepções políticas, como por exemplo, as que se fundamentam no liberalismo, no leninismo, no trotskismo, no maoísmo, no stalinismo, no guevarismo, no nazifascismo, no pragmatismo, e conforme parâmetros ideológicos de esquerda e direita. Em razão disso, em linhas gerais os partidos podem ser considerados conservadores, reformistas ou revolucionários. Os partidos conservadores buscam manter o *status-quo*, inclusive mediante o deslocamento da sociedade para o espectro político de direita. Os partidos reformistas não objetivam alterar a estrutura da sociedade e da economia, defendem um determinado número de mudanças, normalmente destinadas a propiciar a preservação da or-

dem, através de concessões consideradas necessárias. Os partidos revolucionários almejam operar uma transformação radical na sociedade, na economia e no Estado.

PARTIDO POLÍTICO

Minhas pesquisas fundamentam-se na idéia de partido político como agente educativo, a partir de discussões que surgiram no PT, mais especificamente no Núcleo de Educadores do PT, nos anos 80. Busco o entendimento da relação indissociável entre educação e política, pois todo processo educativo é partidário, no sentido ético-político, uma vez que congrega mentes e corações. Assim, jornais, rádios, canais de televisão, igrejas também são partidos no sentido ético-político. É claro que, numa perspectiva dialética, todo pensamento político apresenta elementos de contradição.

Meus estudos buscam investigar o surgimento do partido político enquanto forma organizacional bem como a relação entre militância e sociedade. No âmbito do marxismo, como sabemos, no que se refere ao surgimento do partido político como forma organizacional temos importantes referências teóricas, tais como o **Manifesto Comunista** (Marx e Engels), **Que Fazer?** (Lênin), **Problemas de Organização da Social-Democracia Russa** (Rosa Luxemburgo), **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno** (Gramsci), **História e Consciência de Classe** (Luckács), entre outros.

O partido político já havia aparecido no **Manifesto do Partido Comunista** de Marx e Engels, como forma de organização do proletariado para a transformação da sociedade capitalista através da revolução, embora os autores não tenham explicitado qual tipo de relação que seria estabelecido entre os dirigentes, a militância, os trabalhadores e o povo em geral, nem como ocorreria a tomada de consciência revolucionária e, conseqüentemente, do poder. Desse modo, a tomada do poder demanda a existência de dois elementos fundamentais articulados: a elaboração de uma teoria revolucionária e a existência de um partido revolucionário. Marx procurou mostrar os limites do voluntarismo revolucionário como força motora da revolução ou mesmo os problemas relativos à conspiração insurrecional, pois não é suficiente que as classes estejam polarizadas ao extremo para que expressem seus interesses revolucionários, isto seria não levar em conta os fatores políticos e ideológicos que mascaram as relações de produção. Dois agentes devem estar articulados: o sujeito teórico-histórico da revolução e o sujeito político-prático. O sujeito teórico-histórico da revolução é o proletariado que deriva das relações de produção capitalista (a classe em si) e o sujeito político-prático é a vanguarda revolucionária (a classe para si).³

Como já afirmei, Marx, entretanto, não pode desenvolver plenamente, do ponto de vista teórico, a forma pela qual a classe trabalhadora tomaria o poder, embora tenha ressaltado que isso se faria por meio de um partido político. As

observações que Marx fez sobre o assunto na sua **Crítica ao Programa de Gota** e que Engels fez em **Anti-Düring** foram aceitas por Lênin, que deu uma grande contribuição ao marxismo no que se refere à organização do partido político revolucionário, ou como ele chamou “um partido de novo tipo”⁴. Lênin estudou as relações do proletariado com o povo, as relações da estrutura partidária (Comitê Central, Politburo, Presídio, *Orgburo*, Secretariado, *Apparat*) com o partido, as relações da liderança (*vozhd*) com o Comitê Central e o *Apparat*. Assim, Lênin foi excepcional em conceber e realizar as questões do partido, em sistematizar e desenvolver as questões ideológico-educativas para a militância revolucionária.

O recorte teórico de minha pesquisa delimita-se no âmbito dos partidos radicais. Reconstituo aspectos do movimento das lutas travadas pelas diversas organizações que, assumindo radicalmente a sua visão de mundo, de ser humano, de sociedade e de educação se empenharam em conduzir sua prática política e educativa tendo como fundamento a teoria da revolução. Este é, com efeito, o ponto comum a todos os agrupamentos radicais que se diferenciam exatamente pela leitura particular que fazem da teoria da revolução.

Na chamada “sociedade burguesa” há um estreitamento da ação política, que se tornou quase sinônimo de participação eleitoral, onde o povo escolhe seus representantes. O voto parece como panacéia para solução dos problemas sociais, e outras formas de ação política não são tão bem-vista. Entretanto, o próprio Rousseau manifestou dúvidas quanto ao sistema representativo, pois segundo ele o representante do povo poderá defender mais seus interesses e sua vontade e menos os da maioria da população.

Nas perspectivas de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Mao e Guevara, por exemplo, há críticas ao sistema eleitoral da “democracia representativa”, pois consideravam que somente com a superação do capitalismo por meio de um processo revolucionário é que se poderá eliminar a exploração econômica dos trabalhadores. Não se trata, entretanto, de zerar a importância do voto, pois mesmo Marx, em seu **Discurso no Congresso de Haia**, afirmou que na Inglaterra, nos Estados Unidos e, talvez, na Holanda a revolução violenta e as barricadas não precisariam ser, naquele momento, implementadas porque “os trabalhadores podem atingir suas metas por meios pacíficos”⁵. Marx enxergou esta possibilidade, ainda que remota, porque, na Inglaterra, os trabalhadores obtiveram importantes êxitos eleitorais. Assim, o proletariado poderia vencer eleitoralmente a burguesia, na Inglaterra, evitando a violência, mas eram pequenas as possibilidades de evitá-la porque as classes dominantes inglesas dificilmente se submeteriam a essa revolução pacífica e legal. Em razão disto, o movimento pacífico poderia tornar-se violento pelos interessados no antigo Estado da sociedade. O próprio Lênin também ventilou, em um de seus pronunciamentos, a possibilidade de uma estrada pacífica para o socialismo ainda que considerasse um fato excepcional:

Não podemos, porém, rejeitar a possibilidade de que em casos especiais, excepcionais, por exemplo, em algum Estado pequeno, depois de ter seu vizinho grande realizado um revolução social, possa haver uma entrega pacífica do poder, se os governantes estiverem convencidos da inutilidade da resistência e preferirem manter a cabeça sobre o pescoço. É muito mais provável, decerto, que mesmo nos Estados pequenos, o socialismo não se realize sem uma guerra civil. Portanto, o único programa deve ser o reconhecimento dessa guerra, mesmo que em nosso ideal não haja lugar para o uso da força sobre o povo ⁶.

No âmbito do marxismo, Gramsci estudou a questão da democracia, com ênfase na cultura e nas instituições. Ainda que não seja aqui o campo que possamos tratar das contribuições e complexidade de seu pensamento, o próprio Gramsci realizou uma diferenciação entre a “guerra de movimento” (enquanto revolução explosiva) e a “guerra de posição” (enquanto revolução processual).⁷

Desse modo, a questão do voto na democracia representativa tem a sua importância, ainda que deva ser relativizada porque, como vimos acima, a perspectiva marxista considera que, em determinado momento do processo revolucionário a revolução é praticamente inevitável e somente numa excepcionalidade, e em casos especiais, poderá não ocorrer, pois as classes dominantes não deixam o poder pacificamente. Assim, Marx não foi um “pacifista”, inclusive ele escreveu a 05 de novembro de 1848 que “somente há uma forma de encurtar as sangrentas dores do parto de uma nova sociedade, apenas um meio – o terror revolucionário” ⁸. Como sabemos, o “partido” de Marx e Engels foi a Liga Comunista e neste aspecto, em sua **Carta Circular do Comitê Central à Liga Comunista** ele escreveu que os trabalhadores deveriam resistir às tentativas de desarmamento dos governos democráticos burgueses:

Juntamente com os novos governos oficiais devem construir ao mesmo tempo seus próprios governos revolucionários dos trabalhadores, seja na forma de Conselhos Comuns (Municipais), Comitês Comuns de Direção, clubes de trabalhadores ou comitês de trabalhadores, de modo que os governos democráticos burgueses não só percam imediatamente o apoio dos trabalhadores que os sustentam, mas desde o início se vejam supervisionados e ameaçados por autoridades atrás dos quais está toda a massa dos trabalhadores... [Para isto] os trabalhadores devem estar armados e organizados. O fornecimento de armas a todo o proletariado, de fuzis, revólveres, pistolas, munições, deve ser iniciado imediatamente... Os trabalhadores devem procurar organizar-se independentemente como a guarda proletária, com seus próprios oficiais eleitos e seus próprios quadros gerais eleitos. Armas e munições não devem sair de suas mãos sob nenhum pretexto; qualquer tendência de desarmá-los deve ser evitada pela força ⁹.

Mais adiante da Carta Circular do Comitê Central à Liga Comunista, Marx acrescentou um trecho, que viria a se tornar o preferido de Trotsky:

Enquanto a pequena-burguesia democrática se inclina a concluir a revolução o mais rapidamente possível, é de nosso interesse e dever tornar a revolução permanente, enquanto todas as classes mais ou menos proprietárias são expulsas do poder, o poder estatal é tomado pelo proletariado e a associação dos proletários do mundo tenha avançado a tal ponto que a concorrência entre os proletários tenha cessado, não só num país, mas em todos os principais países do mundo, e pelo menos as forças vitais da produção estejam concentradas nas mãos do proletariado

Nesta direção também Lenin propôs a distribuição de armas aos trabalhadores e a todos os cidadãos em geral. Em seu escrito **O Plano da Batalha de São Petersburgo** ele escreveu: “A revolução é guerra. Os trabalhadores devem armar-se. Cada um lutará com todas as suas forças para conseguir um fuzil, ou pelo menos um revólver”. Em **Tarefas das Seções do Exército Revolucionário** Lênin propôs que mesmo antes de terem armas de fogo, os destacamentos revolucionários deveriam salvar os feridos, libertar os presos, assassinar espíões, bem como utilizar facas, soco-ínglês, porretes, trapos com querosene para provocar incêndios, arame farpado, tachinhas contra a cavalaria, ácido, pedras, água fervente, etc. Em outro de seus escritos **Revolução Sobre Levante Armado** ele propôs ataques de destacamentos armados contra o exército e a polícia, contra prisões, instituições governamentais, etc. Lênin queria que o Comitê Militar não ficasse “apenas discutindo” em intermináveis reuniões, pois sem treinamento de fogo é impossível conseguir a prontidão para o levantes:

*A bomba deixou de ser a arma do terrorista solitário. Tornou-se parte necessária do equipamento para armar o povo. O preparo de bombas é possível em toda parte e em todos os lugares. Nenhuma força pode opor-se aos destacamentos de um exército revolucionário que se arma com bombas. Para isso é necessária uma grande energia, e mais energia ainda. Consternado, vejo que se tem falado em bombas há mais de meio ano, e nem uma única bomba foi feita até agora*¹⁰.

Um conceito importante no pensamento de Lenin e que muito influenciou os revolucionários é o de “centralismo democrático”. Para ele o princípio básico do centralismo democrático é conseqüência do livre debate interno entre os militantes com a posterior eleição da célula superior pela célula inferior, o acatamento das diretrizes de uma célula superior sobre a célula subordinada a ela, e a existência de um centro partidário investido de poder, para todos os líderes da vida partidária, de um congresso até o seguinte. Ele estabeleceu uma distinção entre as esferas que deveriam ser centralizadas e as que deveriam ser descentralizadas. Ele queria centralizar a direção da ação

revolucionária e descentralizar a responsabilidade de cada militante individualmente, como uma orquestra. E para dirigir a orquestra é essencial saber exatamente quem está tocando qual instrumento e onde, quem está aprendendo a dominar qual instrumento, ou já o dominou, e onde; quem está tocando desafinado, onde e por quê e quem deve ser transferido para corrigir a dissonância, como e onde. Em **Carta a um Camarada Sobre as Nossas Tarefas de Organização**, Lenin escreveu:

Chegamos a um princípio extremamente importante de toda organização e atividades partidárias. Em relação à direção ideológica e prática, o movimento da luta revolucionária do proletariado necessita da maior centralização possível, mas em relação à prestação de informações ao centro sobre o movimento do partido como um todo, em relação à responsabilidade perante o partido, necessitamos da descentralização intensa ... O movimento deve ser liderado pelo menor número possível de grupos mais homogêneos de revolucionários treinados e experimentados. Mas o maior número possível dos mais variados e heterogêneos grupos formados das mais diversas camadas do proletariado (e de outras classes) deve participar do movimento. E, em relação a cada um desses grupos o centro deve dispor sempre não só de dados exatos sobre as suas atividades, mas também o maior conhecimento possível de sua composição ... Agora nos tornamos um partido organizado e isso significa a criação do poder, a transformação da autoridade das idéias na autoridade do poder, a subordinação dos órgãos inferiores aos órgãos superiores do partido¹¹

Os elementos utópicos acompanham a luta política dos trabalhadores. Lenin, em seu escrito **Dois Utopias** diferenciou as utopias reacionárias e as progressistas: aquelas que afastam os trabalhadores da luta revolucionária e as que as estimulam para a luta política. Ao fazerem a crítica da atividade utópica em relação à política, Marx e Engels, inicialmente, e mais tarde Lenin, reconheceram a importância de tais idéias e da crítica que fizeram à ordem econômica dominante. Aliás, o esforço de Marx e Engels se concentrou na busca de articulação crítica entre a utopia e a política, entre o ideal e o real. Para a realização da “utopia progressista”, o marxismo ressalta a centralidade da organização dos trabalhadores em partidos, sindicatos e associações, inclusive internacionais.

A força militar acompanha o poder político e econômico porque a sociedade capitalista abriga interesses antagônicos, que não podem ser fundamentalmente conciliados. Nesta perspectiva a capacidade militar acompanha a política internacional de modo que a capacidade de destruição dos novos engenhos bélicos dos países capitalistas centrais assegura a supremacia política em relação aos países periféricos.

Meu estudo está centrado precisamente na educação dos partidos políticos que visam a superação da lógica do capital. Desse modo, “educar para a revolução” envolve um trabalho educativo alternativo que vai contra o *status quo* capitalista.

Portanto, enfatizo o que se poderia chamar de formação da militância através de uma pedagogia efetivamente crítica e de uma prática educativa radical na perspectiva das diferentes leituras que os partidos revolucionários fizeram da referida teoria da revolução que lhe orienta. Todo partido político é educador e sua espécie de luta determina a maneira como sua prática educativa se dá. A identidade do partido revolucionário se dá pelo seu programa, sua teoria da revolução e suas práticas.

Como já explicitarei, meu estudo está focado na “escola socialista” que não é monolítica, pois engloba o socialismo, o comunismo, o anarquismo, e os revolucionários guerrilheiros. Neste sentido, no Brasil, podemos destacar duas linhas¹²: a “escola massista” e a “escola militarista”, que têm distintos projetos revolucionários a partir da leitura que fazem de sua teoria da revolução, mas ambas tem dois pontos em comum que é, primeiro, uma concepção do caráter socialista da revolução brasileira e, segundo, ambas se constituíram em oposição e alternativa ao stalinismo. A massista inspirou-se em Trotsky e surgiu nos anos 30. A militarista surgiu nos anos 60, inspirada em Mao e Guevara.

De qualquer forma estas duas escolas políticas estão no campo da extrema-esquerda¹³ e consideram o fenômeno político-educativo como inerente à teoria da revolução e o seu conceito de revolução articula-se com a educação de seus militantes, de acordo com as matrizes de pensamentos que lhe dão fundamento. Para tais organizações, o processo revolucionário depende das ações das massas, que somente podem ser dirigidas eficazmente por meio de um trabalho educativo.

De modo geral, os partidos revolucionários e organizações radicais têm como horizonte a revolução mundial. Há divergência quanto às diferentes leituras da teoria da revolução que apresenta perspectivas trotskistas, stalinistas, maoístas, guevaristas, principalmente. Todavia, de uma forma ou de outra todas reivindicam o marxismo e o leninismo como base de seus programas e de sua atuação.

Sem dúvida nenhuma, a elaboração teórica de Lênin sobre a revolução mundial foi fundamental para os revolucionários. Aliás, a consolidação do partido comunista soviético no poder, a partir de 1921, provocou inquietações nas nações capitalistas porque os comunistas não se limitavam a militar em países sob a sua influência; já em 1919, fora fundado em Moscou a III Internacional Comunista (*Komintern*), cujo objetivo era a realização da revolução mundial. Este pensamento atraía grande número de trabalhadores, nos países industrializados, que se inspiravam na experiência soviética.

O pensamento de Marx e Engels, que Lenin, Trotsky, Mao e Guevara, por exemplo, procuraram implementar tinha como horizonte a revolução mundial. Por sua vez o enfoque de Stalin visava construir o “socialismo em um só país”. Trotsky, de modo especial, propugnava a revolução mundial, considerando a história dentro de um processo dinâmico, em que o comunismo se expandiria fora da URSS, a partir daquilo que denominou por “internacionalismo revolucionário”.

A teoria da revolução, portanto, é base para as escolas políticas e sua conseqüente educação é a forma pelo qual seus partidos e organizações forjam a si mesmos, delimitam sua área de influência, com suas idéias e representações, capacitando pessoas para uma atuação política coletiva e radical, na luta pela hegemonia. Assim, surgiram historicamente três diferentes tipos de escolas políticas, no campo da extrema-esquerda: “escola trotskista”, “escola maoísta” e “escola guevarista”.

Um elemento comum a estas escolas políticas é a visão de que os conflitos sociais – em última instância – exprimir-se-ão em confrontos armados. Estes confrontos armados podem se exprimir de diferentes formas, conforme a teoria da revolução. Por exemplo, para o guevarismo e o maoísmo, tais confrontos exprimiam-se fundamentalmente a partir das guerrilhas rurais sustentadas nos camponeses, e para o troskismo, nas insurreições ou guerra civil dirigidas pelo partido e sustentado nos operários. Para o guevarismo, do ponto de vista político a direção formal ou orgânica estava na coluna guerrilheira. No maoísmo, a direção dificilmente estava na coluna.

Para enquadrar os partidos, os estudiosos têm três parâmetros mais importantes: esquerda, direita e centro, bem como subdivisões: extrema-direita e extrema-esquerda. Historicamente, uma importante força de esquerda foram os partidos comunistas dirigidos por Stalin. Mas, fora dos partidos comunistas existiam organizações nas quais se desenvolveu um pensamento crítico tanto à URSS como à política dos partidos comunistas e à sua concepção do desenvolvimento capitalista. As primeiras críticas foram feitas pelo pensamento trotskista, depois pelo maoísmo, guevarismo e, de certa forma, pelo titoísmo. Com relação a isso é necessário explicitar que trotskismo, maoísmo e guevarismo movimentaram-se do campo da esquerda para a extrema-esquerda, já o titoísmo - quando se consolidou - deslocou-se da esquerda para o centro.

A TEORIA DA REVOLUÇÃO

As revoluções são formas de lutas que possibilitam não apenas a conquista do poder, mas a transformação das estruturas sociais. Uma teoria da revolução é um programa de transformação das estruturas da sociedade com o objetivo de resolver os problemas fundamentais do conjunto da população. Portanto, a teoria da revolução desvenda a estrutura, a organização da sociedade e do Estado e implica numa concepção de história. Nos anos 60 e 70, o grande problema para os guerrilheiros não residia tanto na teoria, mas na organização, e no seu entendimento geral do pensamento marxista. Julgavam que a teoria podia convencer as pessoas num processo educativo mais moroso, mas a ação podia arrastá-las num processo educativo

mais rápido. A premissa fundamental de sua teoria da revolução era aquela que impelia para a ação e que todos os revolucionários consideravam indiscutível era que grande parte do restante da teoria seria elaborada durante a luta.

Teoricamente, uma revolução poderia até ser realizada sem violência, pois esta não se inclui, necessariamente, entre os elementos constitutivos de idéia ou conceito de revolução. Ocorre que, historicamente, as revoluções são acompanhadas pela violência porque as classes dominantes não abdicam espontaneamente do poder, o que leva as classes dominadas economicamente a empregarem a violência.

A palavra “revolução” para expressar mudanças na concepção do poder do Estado, na estrutura econômica, na sociedade e na política, proveio do vocabulário astronômico, com o significado de movimento circular completo que um astro realiza ao retornar ao seu ponto de partida. Assim, uma revolução se realiza quando o movimento total de um astro faz coincidirem num mesmo ponto a partida e a chegada. Portanto, revolução designa um movimento circular cíclico, isto é repetição ininterrupta de um mesmo percurso.

Historicamente, as classes populares ao buscarem aprofundar as chamadas “revoluções burguesas” não possuíam elaboradas teorias políticas de caráter filosófico e científico e sua fonte para explicar a sociedade era a religião, a partir de leituras do **Antigo Testamento** e **Novo Testamento**. Desse modo as figuras do Paraíso terrestre e da Nova Jerusalém que se referem a um mundo de felicidade, abundância e justiça inspiraram a luta política. Ao lutarem politicamente os trabalhadores olharam para o passado original, o Paraíso, e projetaram para o futuro a restauração deste tempo passado, a Nova Jerusalém. Portanto, o ponto de chegada e o ponto de partida do movimento político coincidiam com a existência da justiça e da felicidade, o futuro e o passado se encontravam, concluindo o ciclo e o círculo da existência humana. Por isso, chamaram os acontecimentos de que eram protagonistas com a palavra revolução. Neste sentido, o livro escrito pelo apóstolo João, **Apocalipse**, por exemplo, se converteu, em ideologia dos movimentos revolucionários da história da Europa. João acreditava que o reino de Deus, cuja capital é a Nova Jerusalém, somente pode ser conquistado e inaugurado depois de penosos combates contra as potências do Inferno. Esses combates, profetizou ele, são iminentes: uma série de sinais e castigos logo descerão do Céu:

Segue-se então a grande luta final, os santos e mártires são vingados pela destruição da Babilônia, a Grande Prostituta, e todos os seguidores, isto é, a maior parte da humanidade; o diabo é jogado no abismo e ali encarcerado por mil anos durante os quais Cristo reinará com os mártires ressurectos.¹⁴

A mensagem de que o reinado de Cristo por mil anos – o milênio – se aproximava se tornou a ideologia de revoltas camponesas na Europa feudal. Esta projeção também expressou busca de independência interpretativa, diferenciando-se da visão burguesa, e delineou um rumo para a ação política dos trabalhadores.

Posteriormente, com o aprofundamento das lutas dos trabalhadores, a palavra revolução entrou para o vocabulário político significando exatamente o contrário, ou seja com o significado de mudanças e alterações profundas nas relações sociais e na composição do poder, a partir de rupturas e transformações em direção a uma sociedade economicamente igualitária. Por que ocorreu esta mudança tão substancial no conteúdo da idéia contida na palavra revolução?

Para responder a essa questão é necessário resgatarmos aspectos históricos das revoluções. As revoluções modernas apresentam dois aspectos: o primeiro se refere às revoluções burguesas, no qual a revolução é política, visando à tomada do poder e à instituição do Estado como república e órgão separado da sociedade civil como instância impessoal de dominação. O segundo aspecto refere-se ao caráter socialista das revoluções populares, no qual a revolução é política e social, objetivando a criação de direitos e à instituição do poder democrático que possibilite uma outra sociedade igualitária, e opera com a indistinção entre Estado e sociedade, entre ação política e relações sociais.

A palavra “partido” que designa o objeto do nosso estudo, sugere que se trata de uma “parte” da sociedade que aspira hegemonizar uma concepção global da ordem econômica, social e política, e a “arte de fazer política” pode ser entendida como a habilidade de unir e somar forças num determinado campo ideológico. Daí que a necessidade de convencer, educar, doutrinar e engajar o maior número de pessoas, surja como corolário da militância política. O caráter do partido parece se definir no que transmite, a quem transmite e como transmite. Para os partidos revolucionários, educar o povo significa desalienar as massas da influência da pedagogia capitalista e construir uma sociedade socialista. Esses partidos pretendem estar a serviço da independência de organização e da autonomia de consciência dos trabalhadores que, conforme supõem, serão os novos dirigentes da sociedade.

A responsabilidade do partido revolucionário está em delimitar suas atividades concretas e suas tarefas políticas, a curto, a médio e a longo prazo, em seus confrontos com as classes dominantes, articulando reivindicações, combates e consciência de classe. Como escreveu Florestan Fernandes, por princípio, a estratégia do partido revolucionário é converter a “guerra civil oculta” em “guerra civil aberta”¹⁵. Caio Prado considerou que as esquerdas brasileiras estiveram privadas de uma teoria satisfatória e capaz de as conduzir a seus objetivos revolucionários e que a teoria da

revolução brasileira oficializada e consagrada, em suas linhas gerais, nos círculos dirigentes das nossas esquerdas, a começar, e em primeiro lugar pelos comunistas, bem como a estratégia e tática decorrentes daquela teoria levou a graves distorções observadas na interpretação da realidade política, econômica e social brasileira¹⁶. Para Caio Prado trata-se de definir uma teoria revolucionária que seja expressão da conjuntura econômica, social e política do momento, e em que se revelem as questões pendentes e as soluções possíveis para as quais essas questões apontam.

Há um debate, no interior dos partidos políticos, que se estende a muitos anos e que diz respeito às seguintes questões: Conservar, Reformar ou Revolucionar? No interior deste debate ressaltamos a crítica marxista ao “oportunismo”, ao “gradualismo” e ao “reformismo”. Ou seja, trata-se de determinar o que deve prevalecer: a conciliação ou a luta de classes direcionada para a tomada do poder pelos trabalhadores.

É necessário distinguir os diferentes tipos de extrema-esquerda brasileira surgidas com distintos projetos revolucionários, a partir de sua respectiva teoria da revolução. Como já afirmei nas páginas anteriores, há um tipo de extrema-esquerda “massista”, inspirada em Trotsky, que surgiu nos anos 30 como oposição e alternativa ao stalinismo. Encontramos, nos anos 60, uma extrema-esquerda “militarista” – aniquilada posteriormente pela repressão política – que surgiu de inúmeras cisões no Partido Comunista, fundamentando-se no guevarismo e no maoísmo. Neste tipo, temos organizações tais como ALN, VPR, MR-8, PCBR, PC do B, Ala Vermelha, M3C, etc. A extrema-esquerda massista expressa-se em três partidos socialistas que reivindicam o marxismo: PCO (Partido da Causa Operária), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e, mais recentemente, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Claro que ainda que estejam no mesmo campo, constatamos divergências impeditivas que inviabilizaram a conformação de tais forças políticas num único partido político, apesar de esforços nesta direção.

A extrema-esquerda massista brasileira surgiu daquelas dissidências no interior do PT que não aceitaram perder a sua autonomia de programa e de militância, constituindo aquilo que se chamou “a questão dos partidos dentro do partido”. Somente poderiam permanecer no PT as organizações que se submetessem às diretrizes deste partido. Algumas organizações aceitaram, outras não. Ao final, estas últimas foram expulsas no início dos anos 90, como foi o caso da Convergência Socialista e da Causa Operária. Outras organizações foram expulsas nos primeiros anos de 2000, como foi o caso do MES e do CRT.

Até o final dos anos 90, aproximadamente, o PT teve um importante papel quando era o maior partido de esquerda da América Latina. Na disputa pela identidade do PT, em razão da hegemonia da Articulação que objetivava deslocar este partido da “esquerda” para o “centro” e que, conseguiu impor, aos poucos, este projeto de parti-

do, iniciou-se um processo de “depuração” interna, no enfrentamento com várias organizações que tinham outros projetos de partido para um PT de esquerda ou mesmo de extrema-esquerda. Do ponto de vista eleitoral isto tornou o PT mais viável, mas enfraqueceu-o naquilo que se refere à militância socialista e à organização dos trabalhadores.

Depois que organizações e militantes radicais foram expulsos do PT, no início dos anos 90, buscaram constituir-se em um partido legal ou “semi-clandestino”. A Causa Operária tentou integrar-se na Frente Revolucionária, conformada em julho de 92, que buscava unir organizações, grupos e ativistas revolucionários no Movimento Pró-PSTU, mas, isso não ocorreu e acabou por sair com identidade própria, como mostra o seu registro eleitoral provisório de 1997, e o definitivo em 1998 como Partido da Causa Operária. Em junho de 94 foi realizado o congresso de fundação do PSTU, e o do PCO em 1995. Questões referentes a estas primeiras expulsões já foram tratadas por mim em outro trabalho¹⁷.

Ao longo da trajetória do PT outras “depurações” ocorreram. No Governo Lula parlamentares foram acusados de “indisciplina partidária”, ao votarem contra medidas apoiadas pelo governo. O fato, que redundou em outras expulsões, foi a chamada reforma do sistema previdenciário. Os parlamentares que foram expulsos do PT no final de 2003, buscaram discutir com outras organizações a formação de um novo partido que agregasse as principais forças políticas descontentes com o PT.

Isto ocorreu pelo fato de que assim que os referidos parlamentares foram expulsos do PT em 2003, passaram a se referir à necessidade de projetar um novo partido que fosse socialista de caráter libertário, organicamente subordinado ao respeito à divergência tática e sem restrições aos direitos de minoria. Nesta discussão aproximaram-se do PSTU que também pautava a criação de um novo partido com militantes e organizações descontentes com o PT. Ocorreu que não foi possível esta aliança, pois o PSTU não abriu mão da concepção de partido revolucionário, organizado com base no centralismo democrático.

Desse modo, apesar dos vários encontros, as divergências de programa não tornaram possível a união destas organizações e o PSOL também registrou-se como partido. Entretanto, para disputar as eleições de 2006, o PSTU, o PCB e o PSOL constituíram a Frente de Esquerda, apoiando a candidatura de Heloisa Helena. Já o PCO saiu com candidatura própria do jornalista Rui Pimenta que, posteriormente, foi impugnada pelo TSE, tendo se considerado “o único partido socialista nestas eleições”.

Curiosamente no PT, as expulsões têm sido aplicadas – predominantemente - contra militantes de extrema-esquerda que defendem “as bandeiras históricas”. Aqueles militantes que violaram a disciplina do PT aliando-se com a direita não têm enfrentado conseqüências tão severas.

Apesar de serem distintas as conjunturas nacionais e internacionais que produziram o PT nos anos 80 e o PSOL no início deste terceiro milênio, seus discursos políticos são bem parecidos, particularmente no que se refere ao compromisso com os trabalhadores e com a defesa intransigente da ética na política. É bem verdade que a história da esquerda e da extrema-esquerda brasileiras ou a defesa da ética na política não se originou com o PT nem se encerra com o PSOL, nem com o PSTU, nem com o PCO, por isso os militantes mais conseqüentes destes partidos reconhecem que tais siglas não constituem os “santuários dos ungidos pelos deuses da revolução socialista e da ética”¹⁸, ainda que busquem se constituírem como alternativas para o projeto socialista de sociedade.

De qualquer forma, apesar de suas divergências, até o presente momento podemos situar, no âmbito da extrema-esquerda o PSTU, o PCO e o PSOL. Estes três partidos que compõem a extrema-esquerda brasileira atual fazem uma oposição feroz aos acordos e pactos com a elite patronal e com o imperialismo, que consideram prejudiciais aos trabalhadores, bem como aos acordos eleitorais com os “partidos burgueses”. Esmiuçando um pouco mais: a partir dos anos 80, o que denominamos extrema-esquerda, além do PCO, são as organizações de inspiração trotskista e grupos que compuseram o PSTU em 1993, os quais defendem que as profundas transformações sociais não ocorrem no processo eleitoral, mas sim na luta direta dos trabalhadores, e são elas: Liga Operária, Democracia Operária, Movimento Socialista Revolucionário, Coletivo Luta Socialista, Luta de Classes, Militante Socialista, Núcleo de Independência Proletária, Socialismo Classista e Convergência Socialista.

Como já mencionei acima, aquelas organizações que aceitaram a disciplina interna do PT permaneceram em seu interior, tais como a DS, o PRC e o PCB, entre outras, sendo que várias dissolveram-se, na prática, na Articulação que sempre foi hegemônica no interior do PT. Já as siglas MES e CRT são mais recentes. Mas, mesmo assim quando militantes de organizações internas do PT levantaram “as bandeiras históricas”, acabaram também sendo expulsos. A senadora Heloisa Helena enquanto esteve no PT fazia parte da tendência interna já referida chamada DS (Democracia Socialista), a deputada Luciana Genro por sua vez fazia parte do MES (Movimento Esquerda Socialista) e o deputado Babá, do CRT.

Um detalhe que chama atenção é que tanto o PCO quanto o PSTU reivindicam o trotskismo para sua prática ideológico-educativa. Com relação ao PSOL, que também pode ser situado no âmbito da extrema-esquerda¹⁹, (ainda que não se considere um “partido revolucionário”) em seu Estatuto e em seu Programa não há filiação ideológica explícita com o trotskismo e sim com o leninismo. De qualquer forma, há aproximações e divergências na teoria da revolução destes três partidos.

Estes três partidos, referidos no parágrafo anterior, fazem críticas contundentes ao PT. Inclusive, dirigentes importantes do PSOL fazem a seguinte avaliação do PT:

Reconhecemos o papel que o PT cumpriu quando era o maior partido de esquerda da América Latina. Hoje, infelizmente, é o instrumento da propaganda triunfalista do neoliberalismo e aplicador inconseqüente da mesma metodologia de balcão de negócios sujos que nós condenávamos com ferocidade quando aplicados pelos nossos adversários políticos.²⁰

Para o PSOL é falsa a polarização PT e PSDB, pois considera que se trata de um mesmo projeto de sociedade, que apenas é apresentado em “dois palanques eleitorais”. Dentre as bandeiras do PSOL está a de salário mínimo de R\$ 1,6 mil (cujo montante, aliás, está estabelecido na nossa Constituição Federal), o fim do voto secreto dos parlamentares e a extinção dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de todos os agentes públicos, inclusive até cinco anos depois de deixar o cargo ou mandato.

Para concluir, procurei – neste pequeno trabalho – pontuar alguns elementos teóricos e programáticos relativos à ação política e aos partidos radicais, relacionando-os com a teoria da revolução. Isto determina filiação de um partido a uma determinada escola política e não em outra, mas é claro que os partidos podem mudar de escolas políticas e de parâmetros, como ocorreu com o PT. Afinal a linha política depende da teoria da revolução, uma vez que não há linha política no vácuo ideológico. Uma teoria da revolução condiciona uma dada organização política, seus agentes sociais constitutivos e suas prováveis alianças. A educação dos partidos é a forma como os partidos forjam sua militância e sua área de influência, capacitando-os para a luta política e para a busca de hegemonia.

Os partidos de extrema-esquerda (e os pequenos partidos de modo geral) correm sério risco de não atingirem o percentual de votos exigidos pela chamada “cláusula de barreira”²¹ e desaparecerem institucionalmente. Mas, isto ainda está sendo discutido pelos parlamentares e não será fácil sua aprovação, no atual quadro partidário.

Do ponto de vista ideológico-educativo no âmbito da teoria da revolução e das escolas políticas no Brasil, não há como referir-se ao PCO, ao PSTU e PSOL sem equacionar a trajetória do PT. Finalmente, com relação ao PT, simplificando posso inferir que o fator decisivo que elegeu Luis Inácio Lula da Silva para presidente da República não foi o “petismo” (que se refere à militância socialista) e, sim, o “lulismo” (mais viável eleitoralmente e com discurso mais genérico; menos classista e ideologicamente mais amplo). Enfocando os últimos acontecimentos que provocaram enorme crise política envolvendo o Partido dos Trabalhadores (e que foram detonados pelo que se chamou “mensalão”) resta saber se o lulismo continuará sendo maior que o petismo e se reelegerá o presidente Lula para mais um mandato, como apontam as pesquisas eleitorais²².

De qualquer forma, a sigla PT, apesar de chamuscada, não está morta eleitoralmente e uma questão que fica é: como os trabalhadores estão interpretando a realidade?

REFERÊNCIAS

- Apóstolo João. Apocalipse In: **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1974.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- BENSAID, Daniel e NAIR, Alan. **Teoria marxista do partido político – Problemas de organização**. Argentina: Ed. Pasado y Presente, 1972.
- CHACON, Valmireth. **Partidos políticos no Brasil**. Brasília: Ed.UnB
- CONCEIÇÃO, G.H. **Os partidos Nazifascistas e a Educação para a Ação**. Revista Tempo da Ciência, vol.12, n.23, 2005.
- CONCEIÇÃO. G.H. **O Partido Militar e as escolas do Exército**. Cascavel: Edunioeste. 2003
- CONCEIÇÃO. G.H. **Os partidos da marginalidade e as escolas do crime**. In: Revista Varia Scientia.
- CONCEIÇÃO. G.H. **Partidos políticos e Educação**. Cascavel: Edunioeste, 2000
- DRACHKOVITCH, MILORAD M.(Org.). **O Marxismo no Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- ENGELS, F. **Anti-Düring**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 1979.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contra poder na América Latina**. Petrópolis: Zahar, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LENIN. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Ed. Avante, 1984.
- Lênin. **Partido Proletário de Novo Tipo (a importância mundial do bolchevismo)**. Lisboa:Avante, 1975.
- LENIN. **Que fazer**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARCUSE, Herbert. **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARX, Carlos e ENGELS, Federico. **La ideologia alemana**. Barcelona: Grijalbo, 1970.
- MARX, K., ENGELS, F., LENIN, V.I., TROTSKY, Leon. **A Questão do Partido**. São Paulo: Kairós, 1978.
- PRADO JÚNIOR, Caio e FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- Revista IstoÉ. **Entrevista: Heloisa Helena**. 12 de abril de 2006.

SZACHI, Jerzy. **As Utopias**. Paz e Terra, 1972.

TABER, Robert. **Teoria e Prática da Guerrilha**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

NOTAS

- ¹ Doutor em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP, professor adjunto da UNIOESTE. Líder do Grupo de Pesquisa História e Historiografia na Educação.
- ² SAVIANI, D. **Do Senso Comum à Consciência Filosófica**.
- ³ BENSALID, Daniel e NAIR, Alan. **Teoria marxista do partido político – Problemas de organização**. Argentina: Ed. Pasado y Presente, 1972.
- ⁴ Lênin. **Partido Proletário de Novo Tipo (a importância mundial do bolchevismo)**. Lisboa:Avante, 1975
- ⁵ ROSS GANDY, D. **Marx e a História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 178.
- ⁶ DRACHKOVITCH, MILORAD M.(Org.). **O Marxismo no Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p. 108.
- ⁷ GRAMSCI, A. **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- ⁸ DRACHKOVITCH, MILORAD M.(Org.). **O Marxismo no Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p. 89
- ⁹ DRACHKOVITCH, MILORAD M.(Org.). **O Marxismo no Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.91
- ¹⁰ DRACHKOVITCH, MILORAD M.(Org.). **O Marxismo no Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 110.
- ¹¹ DRACHKOVITCH, MILORAD M.(Org.). **O Marxismo no Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pgs. 121-22.
- ¹² Cfr.: CONCEIÇÃO, G. H. da.. **Partidos Políticos e Educação: a extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo**. Cascavel, Edunioeste, 2000
- ¹³ Cfr. CONCEIÇÃO, G. H. da.. **Partidos Políticos e Educação: a extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo**. Cascavel, Edunioeste, 2000.
- ¹⁴ Apóstolo João. Apocalipse In: **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1974.
- ¹⁵ FERNANDES, F. O que é Revolução. In: **Clássicos Sobre a Revolução Brasileira** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000
- ¹⁶ PRADO Jr., C. A revolução brasileira. In: **Clássicos Sobre a Revolução Brasileira** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000
- ¹⁷ CONCEIÇÃO, G. H. da. **Partidos políticos e Educação**. Casvavel: Edunioeste, 2000.
- ¹⁸ Revista IstoÉ. **Entrevista: Heloísa Helena**. 12 de abril/2006, n. 1903.
- ¹⁹ Ainda que o PSOL não se considere “partido revolucionário”,(como o PCO e o PSTU) situei-o no campo da extrema-esquerda visto que ele privilegia a conscientização na perspectiva leninista.
- ²⁰ Revista IstoÉ. **Entrevista: Heloisa Helena**. 12 de abril de 2006, p. 10.
- ²¹ Segundo esta, todo partido deverá receber 5% do total de votos válidos na eleição para deputado federal e, pelo menos, 2% em nove Estados.
- ²² Este texto foi concluído no final de agosto de 2006.